

PRESIDÊNCIA

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **JANEIRO/2021 a DEZEMBRO/2021**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1.000

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	

	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	131.935	135.154	132.542	135.106	157.063	136.311	134.770	136.302	135.708	139.279	217.559	171.022	1.762.751	-
Pessoal Ativo (Notas 1, 2 e 3)	111.305	114.449	111.843	114.323	136.170	115.455	113.638	114.732	114.198	117.758	197.646	128.726	1.490.242	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	90.580	93.320	90.921	92.633	115.219	94.463	92.609	93.705	93.120	96.632	155.512	107.244	1.215.959	-
Obrigações Patronais	20.725	21.129	20.922	21.690	20.951	20.991	21.028	21.028	21.077	21.125	42.134	21.482	274.284	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	20.630	20.705	20.699	20.783	20.893	20.857	21.133	21.570	21.510	21.521	19.913	42.296	272.509	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	12.373	12.415	12.434	12.492	12.610	12.616	12.819	13.209	13.301	13.298	11.717	26.072	165.358	-
Pensões	8.257	8.290	8.264	8.290	8.283	8.241	8.314	8.360	8.209	8.223	8.196	16.224	107.151	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.968	22.695	21.024	20.990	21.218	21.257	21.329	21.962	21.663	21.977	20.109	45.703	281.895	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.338	1.990	325	208	325	400	197	393	153	455	195	3.407	9.386	-

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Nota 4)	20.630	20.705	20.699	20.783	20.893	20.857	21.133	21.570	21.510	21.521	19.913	42.296	272.509	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	109.967	112.459	111.518	114.116	135.845	115.054	113.441	114.339	114.045	117.302	197.451	125.319	1.480.857	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.342.387.716,05	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	6.218.171,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16º, da CF) (VI)	1.023.389,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	31.335.146.156,05	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.480.856.636,08	4,73
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	1.880.108.769,36	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.786.103.330,89	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.692.097.892,42	5,40

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 25/01/2022.

Nota1. Deduzido da despesa bruta com Pessoal Ativo, o valor referente ao pessoal cedido a outros órgãos, no montante de R\$ 2.747.614,21 (jan/21 a dez/21), sendo R\$ 2.160.492,06 de Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis e R\$ 587.122,15 de Obrigações Patronais, conforme previsto no MDF da Secretaria do Tesouro Nacional. Para tanto, o critério adotado foi considerar o valor da despesa por competência, que compreende o valor a receber e recebido a título de ressarcimento.

Nota2. Em razão do Acórdão TC nº 355/18 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, os valores abaixo discriminados que possuem natureza indenizatória classificados no Grupo 1-Pessoal e Encargos Sociais, não foram considerados na apuração da Despesa Bruta com Pessoal de que trata o artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Licença-prêmio em pecúnia	R\$ 2.345.984,78
Férias indenizadas	R\$ 13.851.132,22
TOTAL DA EXCLUSÃO	R\$ 16.197.117,00

Considerando ainda o disposto no Acórdão 1553/2021 do TCE/PE, que considerou a despesa com o terço constitucional de férias como verba remuneratória, foi incluída a referida verba na despesa anual do pessoal ativo deste relatório. Por essa razão, os valores publicados no primeiro e segundo quadrimestres sofreram um acréscimo no valor de R\$ 22.320.435,08 referente ao montante liquidado a título de abono constitucional de férias no período.

Nota3. Conforme deliberação da Presidência do TJPE, SEI 00022611-39.2021.8.17.8017, em alinhamento à decisão do CNJ no pedido de providências nº 0004392-46.2019.00.0000 sobre o teto constitucional, as despesas instituídas como de natureza Indenizatórias pela Lei Estadual Complementar nº 100/2007 - PE e pela Lei Complementar 209/2012 - PE passaram a ser classificadas como despesas remuneratórias a partir de julho/2021, passando a compor as despesas com pessoal do Poder.

Nota4. O montante das contribuições previdenciárias ao RPPS no período de jan/21 a dez/21 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 145.966.601,28. No entanto, para fins de evidenciação deste demonstrativo, foi informado no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 272.508.855,54 limitado este ao total da referida despesa. Item 6, Acórdão T.C.- PE nº 1352/13.

Nota5. A Publicação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em virtude das limitações deste sistema, exigiu a redução da escala monetária no detalhamento mensal, comparado ao relatório publicado no sítio da STN/SICONFI (<https://siconfi.tesouro.gov.br>), e apresenta divergência no formato do formulário publicado no SICONFI.

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Presidente

Isaac Newton de Andrade Barros

Diretor de Contabilidade em exercício

CRC-PE 018613/O

Clisthenes José Pereira de Andrade Lima

Diretor Financeiro

Valéria Temporal Ferreira

Chefe da Secretaria de Auditoria Interna

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2021 a Dezembro/2021

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

IDENTIFIC. DOS RECURSOS	DIPONIB. DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercício Anterior (b)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pago Do Exercício (c)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar e Não Empenhados de Exercício Anterior (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANC. NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA EMENHAÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO EXERCIDOS (h)	EMPENHO NÃO CANCELADO (NÃO INSCRITO POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) (i)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	75.369.550,68	-	2.428.013,67	-	54.563.198,36	-	18.378.338,65	-	-	18.378.338,65
Recursos Ordinário - Adm. Direta (Tesouro)	75.369.550,68	-	2.428.013,67	-	54.563.198,36	-	18.378.338,65	-	-	18.378.338,65
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	155.172.880,97	-	6.153.792,98	-	4.247.231,66	-	144.771.856,33	-	-	144.771.856,33
Recursos do FERM - PJPE (Nota 1)	131.520.891,67	-	6.153.792,98	-	1.756.293,08	-	123.610.805,61	-	-	123.610.805,61
Recursos do FUNSEG (Nota 2)	20.524.762,92	-	-	-	49.427,42	-	20.475.335,50	-	-	20.475.335,50
Recursos Provenientes de Alienação de Outros Ativos	685.715,22	-	-	-	-	-	685.715,22	-	-	685.715,22
Recursos Extraorçamentários (Nota 3)	2.441.511,16	-	-	-	2.441.511,16	-	-	-	-	-
TOTA (III) = (I + II)	230.542.431,65	-	8.581.806,65	-	58.810.430,02	-	163.150.194,98	-	-	163.150.194,98

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 25 de janeiro de 2022.

Nota 1: Recursos do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário de PE - FERM - PJPE.

Nota 2: Recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG.

Nota 3: A informação objetiva evidenciar o montante de recursos que não se origina das fontes de recursos constantes do orçamento deste Poder, por se tratar de ingressos pertencentes a terceiros, oriundos de cauções e depósitos relacionadas a licitações e outros ingressos. Do total do passivo financeiro, não foi considerado o montante de obrigações no valor de R\$ 1.082.272,23, por ter em contrapartida direitos a receber entre Unidades Gestoras do Poder registrados em contas de ativo financeiro, que não foram contemplados na disponibilidade de caixa bruta deste relatório, tampouco comprometerá a disponibilidade quando de sua quitação.

Nota 4: O detalhamento da disponibilidade de caixa deste demonstrativo difere do relatório publicado pelo Poder no SICONFI, em razão de alteração na plataforma do SICONFI, que impossibilitou a criação da identificação dos recursos de acordo com os cadastrados no sistema orçamentário e financeiro, limitando assim aquelas definidas pela STN. Entretanto, obrigatoriamente, mantida a igualdade do montante dos recursos vinculados e não vinculados.

Nota 5: O formulário foi ajustado em relação ao definido no Manual de Demonstrativos Fiscais, em virtude de limitação na ferramenta de publicação do Diário de Justiça Eletrônico. Por consequência, os números se apresentam desalinhados, não prejudicando as informações contidas no demonstrativo.